

Maquiavel pensador da ação política: uma análise a partir de O Príncipe*

Machiavelli: Thinker of the political action: an analysis from The Prince.

José Luiz Ames

Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Resumo: Maquiavel propõe-se a analisar as condições de possibilidade da ação política. Em relação a isso sua tese é: nada predetermina a priori a ação e, por isso, o resultado depende unicamente da capacidade do ator. No entanto, ainda que o homem seja responsável por seu destino, Maquiavel reconhece a intervenção de forças que fogem ao seu controle: a fortuna e a corrupção. A reflexão sobre estes elementos evidencia que a ação política, embora sofra limitações de fatores que escapam ao controle humano, não é impossível, o que remete à idéia de *virtù* entendida como o complexo de aptidões que permite aos homens destacar-se e impor às coisas o rumo por eles decidido. É, assim, a principal qualidade requerida para o êxito na ação política. Como Maquiavel a compreende? Ela está orientada, antes de tudo, para o estabelecimento de um *vivere politico*, sua manutenção, reforma ou transformação e salvaguarda.

Palavras-chave: Maquiavel; Ação política; Corrupção, Fortuna; Poder; *Virtù*.

* O presente trabalho integra projeto de pesquisa financiado pelo CNPq com a concessão de bolsa em produtividade.

Abstract: Machiavelli aimed to analyze the conditions of possibility of the political action. With regard to such intention his thesis was: nothing could aprioristically predetermine action, and, by this reason, results depend entirely on the agent's capability. Nonetheless, even though the human being was responsible for her fate, Machiavelli recognized the intervention of forces beyond her control, as fortune and corruption. Reflection on those elements give evidence for him that the political action, in spite of limitations imposed by factors beyond human control, it is not impossible after all, which lead us to the idea of *virtù*, understood as the complex of capabilities which allow human beings to stand out and to come to impose things the way decided by them. This is the main required quality to the success in political action. How does Machiavelli understand it? It is oriented, before anything else, to the establishment of a *vivere politico*, its maintenance, reform or transformation, as well as a safeguard.

Key-Words: Machiavelli, Political action, Fortune, Power, *Virtù*.

Maquiavel passou à história como o primeiro a pensar a política desde a perspectiva moderna, fora dos padrões normativos gregos e cristãos. A perspectiva, porém, a partir da qual a examina não é a de um filósofo no sentido clássico do termo¹, de alguém que busca determiná-la abstratamente. Sua aproximação conceitual se dá pela via histórica concreta segundo o modo como os homens políticos efetivamente desenvolvem a ação. O que o ocupa é, pois, o problema prático a resolver, a efetivação das *possibilidades* de ação política. Nosso propósito no presente artigo será o de examinar esta questão tomando em consideração, fundamentalmente, sua obra mais conhecida e que completou em 2013 quinhentos anos: *O Príncipe*.

¹ Conal Condren (1983, p.94) chega a afirmar que, “salvo no sentido mais amplo, Maquiavel não pode ser chamado de filósofo, seja pelos padrões formais do seu tempo ou do nosso”. Em apoio a essa afirmação argumenta: “ele nunca definiu; nunca empregou um vocabulário filosófico formal; tudo isso está expresso na sua famosa afirmação de que se achava interessado pela verdade efetiva das coisas”. Da nossa parte, entendemos que Maquiavel desenvolve uma reflexão de natureza filosófica dentro dos parâmetros renascentistas da ênfase na *vita ativa*, ou da *verità effettuale della cosa*.

Maquiavel defende a tese de que nada predetermina a ação humana (providência, astros, fortuna, etc.) e, por isto, o resultado dela dependerá da capacidade do agente. Isso, porém, não significa que estes elementos – providência, astros, fortuna – não intervenham no curso da ação. Com efeito, a afirmação da ausência de um determinismo divino, dos astros ou da fortuna poderia levar-nos a pensar que a ação humana seria totalmente desimpedida; que o homem seria capaz de controlar plenamente todos os fatores que intervêm no curso dos acontecimentos. Ainda que o homem seja responsável por seu destino, Maquiavel reconhece a intervenção de forças que fogem ao seu controle; dentre estas se situam, fundamentalmente, a fortuna e a corrupção.

Fortuna e corrupção: limites à ação política

A ideia de *fortuna* não é uma “invenção” de Maquiavel. Ela chega ao renascimento italiano a partir de uma dupla tradição e Maquiavel a adapta para o uso político. A primeira fonte é antiga: é conhecida desde os gregos e romanos, para os quais a fortuna é uma deusa inconstante que aponta para o imponderável nos acontecimentos humanos. A segunda fonte é moderna: “a fortuna é aqui ‘fortuna do mar’ significando o risco que o cálculo do mercador deve prever tanto quanto possível”, diz Ménessier (2002, p.24). Semelhantemente ao mercador, o ator político precisa antecipar-se ao imprevisível - tal como o mercador em relação à tempestade ou bonança do mar - e às mudanças constantes das condições da ação decorrentes desta imprevisibilidade.

Assim como acontece com a maior parte dos termos utilizados por Maquiavel, também a ideia de *fortuna* não se deixa apreender numa fórmula precisa. Por esta razão, não é possível oferecer dela uma definição abstrata e acabada, mas apenas a descrição de suas variadas facetas. A faceta mais comum é a de apresentar-se como uma força que desarranja, que desorganiza, as ações humanas. Este é, por exemplo, o caso do capítulo XXV de *O Príncipe*: a imagem da fortuna, incontrolável como a natureza – a cheia de um rio -, é a da devastação e da morte. A aproximação da ideia de fortuna à imagem da enchente de um rio

tem o propósito de ressaltar a impossibilidade de controlá-la (é impossível dominar a natureza); no entanto, é possível controlar, ainda que em parte, suas consequências. Para tanto, é preciso construir diques e canais “de modo que, ao se avolumarem depois, [as águas] ou iriam por um canal ou o seu ímpeto não seria nem tão violento nem tão danoso” (*Príncipe*, XXV:6)².

Com a imagem da enchente de um rio Maquiavel mostra que, se as variações temporais – as enchentes que vêm e que vão – estão na origem da corrupção é, no entanto, a incapacidade humana de responder no tempo certo à fortuna – ou seja, às novas forças que se apresentam na cena política – a causa verdadeira da decadência das instituições e da vida política de modo geral. Em outras palavras, é a falta de *virtù* para adequar constantemente as estruturas institucionais às variações da fortuna – isto é, a incapacidade de construir “diques e canais”, como escreve Maquiavel – o que leva a vida política à ruína.

A fortuna reina justamente ali onde reinam a ilusão da segurança, da passividade e da imprevidência. É como se, segundo uma citação de Tito Lívio que serve de título ao capítulo XXIX dos *Discursos*³, a fortuna cegasse “o espírito dos homens quando não quer que estes se oponham aos seus propósitos”⁴. A imagem da enchente – imprevisível e incontrolável no seu surgimento – chama a atenção ao fato de que não existem “remédios” infalíveis: a política permanece sempre um âmbito impossível de ser colocado em segurança de forma definitiva. A segurança possível se dá sempre no quadro de uma insegurança “estrutural”. Con-

² Citaremos *O Príncipe* a partir da edição bilíngue publicada pela Editora Hedra (São Paulo, 2009), com tradução e notas de José Antônio Martins, baseada na edição crítica de Giorgio Inglese, indicando o capítulo e a linha respectiva. Cotejaremos a tradução oferecida com o texto original e introduziremos modificações pontuais sempre que o considerarmos necessário.

³ Citaremos os *Discursos* sobre a primeira década de Tito Lívio pela edição crítica estabelecida por Giorgio Inglese (Milano: Rizzoli Editore, 2000) pela primeira palavra do título (*Discursos*) indicando nas passagens citadas o livro, o capítulo e a linha.

⁴ Ainda que a fortuna possa cegar os homens em geral, a ação de um príncipe de *virtù* será capaz de criar antecipadamente as condições para uma intervenção eficaz no sentido de controlar seus previsíveis efeitos negativos. Com isso, a fortuna assume outra imagem: não é mais potência cega e de desmobilização, mas “o agulhão da necessidade” (*Discursos* III, 12) que desperta para a urgência da ação e que obriga a fazer qualquer coisa para assegurar-se.

tudo, com isso Maquiavel não prega uma capitulação à fortuna. Antes o contrário. A imagem de diques e canais para controlar as consequências da enchente aponta para a ideia de que é possível criar mecanismos capazes de responder às variações da fortuna. Não se trata de uma política prudencial do “mal menor”, mas de dispositivos impessoais – *legge et ordini* na linguagem de Maquiavel – para fazer frente às investidas da fortuna.

A fortuna, porém, não se manifesta unicamente como uma força onipotente e destruidora; ou uma potência ilusória, um alibi para a impotência humana, ou, enfim, uma justificacão fácil para os fracassos. Maquiavel remete, no capítulo XXV de *O Príncipe*, ao tema da necessidade de o ator político ter de adaptar sua personalidade ao curso das coisas: “creio, ainda, que seja feliz aquele que conforma o seu modo de proceder à *qualità de’ tempi*; do mesmo modo creio infeliz aquele cujo proceder diverge dos tempos” (*Príncipe* XXV:11). O problema reside na dificuldade de a natureza humana adaptar-se às circunstâncias sempre mutáveis. A fortuna não é, pois, a inimiga natural do homem, mas é, sobretudo, o sentido oculto das coisas, a estrutura fundamental do mundo. O êxito na ação é possível somente aos que souberem captar e aderir a este sentido subjacente ao curso visível das coisas. Com esta exposição Maquiavel pretende levar seu leitor a duas conclusões importantes sobre o significado da ação política.

A primeira é de que o ator político flexível - entendido como aquele que se adapta rapidamente às novas situações, sente a aproximação de modificações macro-estruturais e imediatamente determina de modo novo seu modo de agir - está sempre em vantagem em relação ao ator conformado e preso a estratégias de êxito comprovado. Ao ser flexível, o ator dispõe de um arsenal de meios e métodos mais amplo e bem articulado. O ator político inflexível, ao contrário, preso a princípios e modos de ação consagrados pela experiência, reduz a disponibilidade de meios e métodos. Quer dizer, a grandeza do ator político não está tanto em imprimir a própria marca na realidade modificando-a ao seu favor, mas no conhecimento das “regras” (a “lógica interna”) que comandam a ação e na adequação de seu modo de agir a elas.

A segunda conclusão é chamar a atenção ao limite mais profundo daquilo que determina o êxito da ação humana: não está em algo exterior, mas na própria natureza do homem, que resiste à mudança e à necessidade de adequar-se às circunstâncias. Afinal, por que o homem não ajusta sempre seu modo de proceder à *qualità de' tempi*? Maquiavel apresenta duas razões: “ou porque não pode desviar-se de sua inclinação natural, ou ainda porque, tendo alguém sempre prosperado caminhando por uma via, não se pode persuadi-lo de que seria bom afastar-se dela” (*Príncipe* XXV:16)⁵. Maquiavel mostra, portanto, que a fortuna pode coincidir com a própria natureza humana, com aquilo que há nesta de rígido, unilateral e imutável. Sendo assim, para ser compreendida, a ideia de fortuna deve ser reconduzida à raiz profunda da natureza humana, aos traços unilaterais e imutáveis em relação à variação das circunstâncias. Com isso, considerada desde este ponto de vista, a transcendência da fortuna torna-se uma transcendência interiorizada, isto é, de uma parte do espírito humano em relação a ele mesmo⁶.

Outro limite à ação humana é constituído pela corrupção. Para Sanchez-Parga (2005, p.488), embora não seja possível encontrar dela um conceito preciso na obra maquiaveliana,

⁵ Argumentação praticamente igual é feita por Maquiavel em Discursos (III, 9:17): “são duas as razões pelas quais não podemos mudar as coisas: uma, que não podemos nos opor à inclinação de nossa natureza, e a outra, que se alguém prosperou bastante com um modo de proceder, não é possível persuadi-lo que faria bem proceder de outro modo”.

⁶ A necessidade de adaptar o modo de agir às circunstâncias como condição de êxito já fora afirmada por Maquiavel numa carta dirigida a Giovan Battista Soderini, neto do Gonfaloneiro de Florença Pedro Soderini, em 1506 (Cf. Tutte le opere, carta n.116). Vê-se um governo ou um homem, escreve ele na carta, chegar ao mesmo resultado por meios variados ou com o mesmo meio chegar a fins diferentes. “Como, por outro lado, os tempos são variados e as ordens das coisas são diversas, [...] é feliz aquele que faz concordar seu modo de proceder com o tempo e, pelo contrário, é infeliz aquele que, com suas ações, diverge do tempo e da ordem das coisas”. Assim, continua Maquiavel na carta citada, “quem fosse tão sábio que conhecesse os tempos e a ordem das coisas e se acomodasse a elas, teria sempre boa fortuna, ou se guardaria sempre da má”. No entanto, conclui o florentino, “como destes sábios não se encontram, primeiro por terem os homens visão curta e depois por não poderem governar sua natureza, sucede que a fortuna muda e governa aos homens e os mantém sob seu jugo”. Assim, “deve-se nas coisas julgar o fim que elas têm e não os meios com que são feitas”.

poderia ser definida como “[...] a submissão do público ao privado, a perversão dos interesses coletivos pelos particulares; [...] a apropriação privada do público com a conseqüente despolíticação do público e privatização da política”. Como fenômeno estritamente político, o sujeito do processo de corrupção não são indivíduos, mas entes coletivos: a cidade ou república, mas também as instituições (*ordini*), as leis e os cidadãos enquanto corpo político. Em suma, “forma” e “matéria”, aparato institucional e corpo coletivo dos cidadãos, estes são os sujeitos da corrupção. Maquiavel estabelece, porém, a prioridade política da corrupção institucional sobre a corrupção do corpo cidadão: “[...] um mau cidadão não pode agir mal numa república que não seja corrupta” (*Discursos* III, 8:2). Não é possível que existam cidadãos corruptos quando as instituições são incorruptas. Em virtude de as instituições se corromperem torna-se possível a existência de cidadãos corruptos. Isso afasta também a alegação, muitas vezes levantada, de que em alguns tempos os homens seriam mais corruptos do que em outros. Para Maquiavel, os homens não são mais ou menos corruptos numa época do que em outra, e sim a corrupção das leis e das instituições de cada cidade é maior ou menor segundo as circunstâncias históricas concretas.

Como se explica, então, que um ordenamento político, particularmente quando bem governado, se degrade e se corrompa? Marie-Gaïlle Nikodimov (2004, p.104) distingue três possibilidades, segundo a comentadora propostas por Maquiavel nos *Discursos*: “a primeira alega o esquecimento da utilidade comum, a segunda se apoia sobre a ideia de que as cidades são corpos mortais, e a terceira remete ao deslocamento da virtude no mundo”.

A primeira pode ser captada em *Discursos* I, 2: trata-se do esquecimento das circunstâncias e condições de emergência da vida política. Pode dar-se por duas vias: ou os governantes negligenciam a “utilidade comum” em benefício de facções ou indivíduos de sorte que o “bem público” é colocado a serviço de grupos e indivíduos que nele se locupletam; ou o povo perde a virtude inerente aos bons costumes subordinando a utilidade comum ao interesse privado.

A segunda explicação pode ser encontrada em *Discursos* III, 1 e resulta da compreensão do regime político e de suas estruturas como corpos vivos submetidos às mesmas vicissitudes de todo ser vivo. Para todo corpo vivo, a morte é inevitável; no entanto, a duração da vida pode ser prolongada ou abreviada dependendo das medidas tomadas contra a degeneração inevitável. Maquiavel transpõe esta idéia para o exame dos corpos políticos e distingue três estágios (graus, momentos, ou tempos) da corrupção e a cada um corresponde uma modalidade específica de intervenção. Para os dois primeiros são suficientes mecanismos de renovação; já o terceiro requer a inovação.

Finalmente, a terceira explicação pode ser lida na Introdução do segundo Livro dos *Discursos*, e consiste na idéia de que o bem e o mal são forças que se deslocam no espaço concentrando-se ora aqui, ora ali, segundo a virtude maior ou menor da ação humana. Não existe progressividade moral: a história não progride, não tem um *telos*, mas se reorganiza permanentemente em formas novas promovidas pela ação humana.

Nas três explicações corrupção não é um fenômeno ligado à degradação da consciência moral dos indivíduos. A vida política não se degrada porque os indivíduos se tornam devassos, ladrões, egoístas, espertalhões, assassinos, etc. Maquiavel deixa claro que estas facetas humanas espreitam permanentemente a vida dos regimes políticos, mas são incapazes, por si próprias, de levar um ordenamento político à destruição. A corrupção é *política*, isto é, ruptura ou falência das estruturas institucionais e legais que mantêm a vida coletiva e não degradação do caráter dos indivíduos, pura e simplesmente. Quando instituições e leis perderam a capacidade de conter as tendências autointeressadas dos homens, a vida política entra em colapso⁷. As leis perdem sua eficácia quando os costumes se degradam.

⁷ Maquiavel distingue, como podemos notar, entre homem e cidadão: a corrupção do homem não é um problema que mereça da parte dele grande atenção, e sim a corrupção do cidadão (ou seja, a “matéria” da qual é constituída a cidade). Interessa-lhe a última, não a primeira. Está preocupado com o bom cidadão e não com o homem bom; isto é, não se interessa pelo aperfeiçoamento moral do indivíduo, mas pelo cultivo das virtudes cidadãs: a subordinação do bem particular ao bem comum; a coragem; a religiosidade; a repugna ao ócio. (PINZANI, 2006, p. 88-89).

Ocorre, para Maquiavel, uma circularidade: por um lado, os costumes devem ser bons para que as leis sejam respeitadas (e não o inverso, de que as leis produzem bons costumes); por outro lado, as leis se tornam boas somente na medida em que promovem os bons costumes. As instituições, por sua vez perdem sua eficácia quando se cristalizam, quando não se ajustam às variações dos tempos (*Príncipe* XXV:16). A imutabilidade das instituições gera maus costumes os quais, por sua vez, impedem que as leis mantenham os homens bons.

***Virtù*: condição primeira de êxito da ação política**

A reflexão sobre fortuna e corrupção evidencia que, ainda que sofra limitações de fatores que escapam ao controle humano, isso não impede o êxito da ação política. O fato de a ação humana não ser eficaz em todos os momentos não justifica um desencorajamento prévio, mas mostra também que estamos impedidos de alimentar ilusões sobre o resultado dela, pois o êxito se decide em função das circunstâncias e das condições mais ou menos propícias da *occasione*. Isto remete à idéia de *virtù*, termo de significado polissêmico no pensamento maquiaveliano e que, em *O Príncipe*, geralmente é empregado para indicar todo aquele complexo de aptidões que permite ao príncipe destacar-se e impor às coisas o rumo por ele decidido. É, assim, a principal qualidade requerida para o êxito na ação política.

Apesar da polissemia, é possível oferecer uma definição mínima de *virtù* segundo Ménissier (2002, p.57): de modo geral, *virtù* pode ser entendida

[...] como a capacidade de levar a bom termo os empreendimentos políticos e, nessa qualidade, reúne sob uma única palavra as qualidades que permitem triunfar na luta (ela é, às vezes, sinônimo de “força viril”), de fundar um Estado, de ser-lhe concedido o poder pelos súditos e de se manter a frente da nação.

Por constituir-se, pois, na qualidade mais decisiva da ação dos fundadores, legisladores e reformadores, tem uma dimensão inovadora: *virtù* não tem como ser ensinada; precisa

ser aprendida por meio da ação. Um príncipe, por exemplo, pode permanecer virtuoso durante toda sua vida sem corromper-se, mas quando ele morre sua *virtù* não se transmitirá, porque não existe hereditariedade da *virtù* pessoal. Para mostrar esse caráter “aprendido” e intransferível da *virtù* é elucidativa a metáfora do arqueiro (*Príncipe*, VI:3): tal como a habilidade do arqueiro resulta do treino, a *virtù* do príncipe não nasce com ele, mas é fruto de um exercício contínuo e infundável. Ainda que a *virtù* nasça da ação, não exclui o conhecimento teórico, de modo que se pode “compreendê-la como uma energia conquistadora capaz de discernimento nas escolhas e de invenção nas soluções”, conclui Ménéssier (2002, p.57).

A *virtù* maquiaveliana é vazia de conteúdo ético ou religioso: não é a capacidade de viver segundo determinados princípios morais e menos ainda pode ser definida como contrário de vício. Antes, é a qualidade daquele homem público que sabe adaptar sua maneira de agir à *qualità de’ tempi*: isto é, que sabe adequar seu modo de agir às exigências concretas nas quais se desenrola a ação política.

A relação entre *virtù* e fortuna é, ao mesmo tempo, de oposição e de associação. Com efeito, por um lado, a fortuna designa o obstáculo, como na imagem da enchente de um rio em que ela “demonstra seu poder onde a *virtù* não está ordenada para resistir a ela” (*Príncipe* XXV:7). Significa: a fortuna é uma força de oposição, mas que atua somente quando inexistente um homem de *virtù* pronto para opor-se aos seus desígnios. Por outro lado, a fortuna pode também ser uma força que se associa à *ocasião*. Neste caso não se trata de lutar contra ela, mas de voltar a força da fortuna em favor dos objetivos que o homem de ação tem em vista. Maquiavel ilustra esta possibilidade com o exemplo dos grandes heróis fundadores do passado (Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu): “examinando suas ações e suas vidas”, escreve, veremos que “não receberam da fortuna senão a ocasião, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse. Sem essa ocasião a *virtù* de seu ânimo teria sido extinta, e sem a *virtù* a ocasião teria vindo em vão” (*Príncipe* VI:10). Quer dizer, a fortuna oferece a “matéria” pro-

pícia à ação política. A *virtù*, unicamente por si mesma, de nada serve, por maior que possa ser, pois é incapaz de fazer surgir o momento propício da ação.

Metáforas elucidativas da concepção de ação política

Fizemos até aqui a análise das condições de possibilidade da ação política. Por um lado, caracterizamos os elementos que se opõem ao êxito – fortuna e corrupção – e elucidamos a principal qualidade responsável pelo sucesso: a *virtù*. O passo seguinte será tentar delinear a *concepção* de ação política, particularmente em *O Príncipe*. Para tanto, antes de tudo, é preciso destacar que, para Maquiavel, a ação política não tem em vista algo diverso da política. Para Maquiavel, a política não é um “meio” para realizar algum fim que não seja político. Por este motivo, a ação política não está presa a regras morais, religiosas ou jurídicas.

O âmbito da política está posto como algo novo, como campo próprio dos acontecimentos, caracterizando uma concepção da política como realidade autônoma. Isto coloca no primeiro plano aquilo que não era de importância para a doutrina moral cristã. Com efeito, para Maquiavel trata-se da necessidade de investigar o destino real das ações, a necessidade de desenvolver uma “praxeologia” capaz de explicitar os fatores fundamentais que determinam a esfera política a fim de obter, deste modo, uma descrição do âmbito a partir do qual o ator político pode alcançar êxito e não de educar o caráter do homem público.

Nota-se, pois, que o centro de interesse das análises de Maquiavel, diferente do que nos dias atuais, não está nas relações entre economia e política, mas na esfera estritamente política. Ocupa-se com a reflexão acerca das condições de conquista e conservação de uma ordem política – principesca ou republicana. A elucidação destas tarefas na perspectiva de uma determinação mais precisa da concepção de ação política, segundo Nikodimov (2006, p.273), pode ser captada por uma rede de

metáforas dentre as quais a comentadora destaca três principais: a de arquitetura, a de forma e matéria e a de arte médica.

Com a metáfora *arquitetônica* o príncipe é caracterizado como “fundador”⁸: sua tarefa de criar uma ordem política se assemelha a do arquiteto que edifica uma casa. A solidez da construção depende diretamente dos fundamentos sobre os quais a assenta. Na criação de uma ordem política nova não é diferente: também esta necessita de bases firmes que assegurem sua continuidade no tempo. Maquiavel lança mão explicitamente da metáfora arquitetônica para caracterizar a ação de fundação em três passagens de *O Príncipe*. A primeira vez ela ocorre na última linha do capítulo II: “E na antiguidade e continuação do domínio são extintas a memória e os motivos das inovações: porque uma mudança sempre deixa o *fundamento* para a *edificação* de outra” (grifos nossos). Na segunda vez ela ocorre quando trata dos feitos de Hierão de Siracusa: “Extinguiu a velha milícia e ordenou uma nova; deixou as antigas amizades fazendo novas; e com estas amizades e os soldados que foram seus pode, sobre tais *fundamentos*, erigir todo o *edifício*, tanto que lhe deu muito cansaço a conquista e pouco a conservação” (*Príncipe* VI:29 – grifos nossos). Finalmente, a terceira ocorrência, e também a mais significativa. Falando do caráter bem fundado do projeto político de César Borgia, Maquiavel escreve: “aquele que não constrói antes os *fundamentos*, poderia, com uma grande *virtù*, construí-los depois, ainda que se façam com incômodo para o *arquiteto* e perigo para o *edifício*” (*Príncipe* VII:8 – grifos nossos). No exemplo em questão Maquiavel sustenta que Borgia “construiu grandes *fundamentos* para um poder futuro” (*Príncipe* VII:9 – grifos nossos). Estes, como sabemos, consistiram no fato de o duque haver criado um exército próprio a partir de seus súditos - o que lhe permitiu sair da dependência das forças auxiliares emprestadas do reino da França - e de haver instituído no território uma autoridade civil em substituição à força e à violência. Os “bons fundamentos” dos quais os regimes têm necessidade são, em resumo, os que Maquiavel estabelece um pouco mais adiante: “Os princi-

⁸ Será o caso também da metáfora de “matéria e forma”, como veremos a seguir.

país fundamentos comuns a todos os estados, tanto os novos como os velhos e os mistos, são as boas leis e as boas armas” (*Príncipe* XII:3)⁹.

Pela metáfora de *matéria e forma* a ação política é a que dá “forma” a uma “matéria” maleável. Na ação fundadora dos legisladores, a relação príncipe-povo é pensada sob as categorias aristotélicas de “matéria” e “forma”¹⁰, nas quais o povo corresponde à “matéria” caracterizada pela maleabilidade e potencialidade passivas, ao passo que a ação do fundador se mostra ativa, comparada a de introdutor da “forma”. O uso dos termos “matéria” e “forma” para designar a relação príncipe-povo comparece em dois capítulos da obra: nos capítulos VI e XXVI. Nestes capítulos, Maquiavel considera a relação do fundador com os singulares sobre quais se exerce sua ação como semelhante à relação de um “escultor” com o “mármore bruto”, conforme a metáfora utilizada por ele nos *Discursos*¹¹.

⁹ Em outras obras, a metáfora arquitetônica para compreender a ação política é igualmente abundante. Nos *Discursos*, sobretudo no primeiro capítulo do livro I, ocorre em meia dúzia de passagens, mas pode ser encontrada também em III, 25.

¹⁰ Ao afirmar que a forma deve ser adaptada à matéria, Maquiavel está em claro desacordo com o primado absoluto da forma sobre a matéria tal como nos foi transmitido pelos comentários de Aristóteles. Na linguagem de Aristóteles, a forma (eterna) é a razão determinante de qualquer mudança na matéria. Já Maquiavel, quando afirma que “na Itália não falta matéria para introduzir qualquer forma” (*Príncipe* 26:16), não nos deixa pensar assim. Primeiro, porque para Maquiavel a ação política (a forma) é tudo menos eterna; depois, Aristóteles jamais colocou a forma dos vivos na cabeça e a matéria nos membros como faz Maquiavel. Assim, não é no sentido rigoroso de Aristóteles que Maquiavel emprega os termos “forma” e “matéria”. Antes, é no sentido comum: pela ação política do príncipe, o que era “informal” toma forma, isto é, recebe uma estrutura.

¹¹ Ao descrever o modo de agir de Numa em comparação com os tempos contemporâneos, Maquiavel compara a ação do fundador a de escultor, o qual de um “mármore bruto” (matéria) extrai uma “bela estátua” (forma). “E, sem dúvida, quem hoje quisesse criar uma república encontraria mais facilidade nos montanheseiros [...] do que naqueles que estão acostumados a viver nas cidades [...]; e um escultor extrairá com mais facilidade uma bela estátua do mármore bruto do que de um mármore mal esboçado por outrem” (*Discursos* I, 11:16). Na *Arte da Guerra* (Livro VII, *Tutte le Opere*, p. 338) esta comparação é retomada praticamente nas mesmas palavras: “não se en-

Em *O Príncipe* (VI:10), ao falar da ação dos grandes fundadores, conclui: “examinando as suas ações e suas vidas, vê-se que não receberam da fortuna senão a ocasião, a qual hes deu a *matéria* para que introduzissem nela a *forma* que lhes conviesse” (grifos nossos). No capítulo XXVI, por duas vezes Maquiavel se utiliza da metáfora para indicar a ação fundadora do príncipe. Na primeira: “considerando, pois, todas as coisas discutidas acima, e pensando comigo mesmo se na Itália do presente os tempos são propícios para honrar um novo príncipe, e se haveria *matéria* que desse ocasião para que alguém prudente e virtuoso pudesse aí introduzir a *forma* [...]” (*Príncipe* XXVI:1 – grifos nossos), conclui que nunca houve tempo mais propício a isso do que nos atuais. Finalmente, a terceira vez, após afirmar que nada confere maior glória do que a criação de novas leis e ordenações, conclui: “[...] e na Itália não falta *matéria* para introduzir qualquer *forma* de poder” (*Príncipe* XXVI:16 – grifos nossos). Em todas estas passagens – e não será diferente nas ocorrências nas demais obras¹² – “*matéria*” é algo possível de ser moldado pela ação do príncipe. Os homens, em sua existência dispersa, são “*matéria*” na qual o príncipe introduz “*forma*”, isto é, um modo de vida organizado com ordenamentos jurídico-políticos. Desse modo, pode-se dizer que o príncipe é construtor de um mundo: ali onde existia somente dispersão, rivalidade de paixões, ele cria um universo regrado. Neste movimento, o príncipe faz do próprio homem sua *matéria*.

Finalmente, na terceira metáfora – da *arte médica* – a ação política é aproximada à ação do médico: do mesmo modo que este para o diagnóstico de uma doença, o príncipe precisa ser capaz de intervir não quando os males já estão visíveis, mas de diagnosticá-los a tempo de poder intervir de modo a evitar seus efeitos danosos. Em *O Príncipe* a linguagem médica ocorre em vários capítulos. Assim, no capítulo XIII compara a ação do príncipe imprudente àquele que se deixa iludir pela aparência boa de um tísico:

contrará nenhum escultor que creia fazer uma bela estátua de uma peça de mármore mal esboçada por outrem, mas antes uma boa de uma peça bruta”.

¹² A metáfora da forma e matéria ocorre também em outras obras, além das passagens citadas na nota anterior. Assim, por exemplo, em *Discursos* I,11; I,18; I,55; III,25. Da arte da guerra Livro VII.

a pouca prudência dos homens começa uma coisa que, por parecer então boa, faz com que não se apercebem do veneno que tem de baixo, assim como eu disse acerca da febre tísica. Portanto, aquele que em um principado não conhece os males quando nascem não é verdadeiramente um sábio, e isso é atributo de poucos (*Príncipe*: XIII:23-24).

No capítulo final compara a situação da Itália a de um doente em estado terminal: “De modo que a Itália jaz como sem vida, espera aquele que possa curar as suas feridas e ponha fim aos saques da Lombardia, aos impostos no reino de Nápoles e da Toscana, e a cura daquelas chagas já por um longo tempo supuradas” (*Príncipe*: XXVI:5 – grifos nossos). A passagem clássica que compara a ação política à metáfora médica é a seguinte:

Ocorre aqui o que o médico diz do tísico, que no princípio sua doença é fácil de curar e difícil de reconhecer, mas, com o passar do tempo, não sendo reconhecida no princípio nem medicada a tempo, torna-se fácil de reconhecer e difícil curar. Assim ocorre nas coisas do estado: porque, reconhecendo com antecedência – o que é um atributo unicamente de um homem prudente – as doenças que nascem nele rapidamente se curam, mas quando deixa que cresçam por não as haver reconhecido de modo que todos possam a reconhecê-las, não tem mais remédio” (*Príncipe* III:27-28)¹³.

A capacidade de descobrir o invisível a partir do visível é um requisito essencial para uma ação política eficaz. Ser capaz de antecipar-se aos acontecimentos, calcular os movimentos dos adversários, seja na luta contra os opositores internos ou contra os inimigos na guerra externa, de adotar medidas preventivas, de apreender a ocasião. Em suma: qual concepção de ação política se desprende do conjunto das três metáforas? Para Nikodimov (2006, p.275), “[...] as três metáforas [...] mostram que a ação política em Maquiavel está orientada, antes de tudo, para o estabelecimento de uma ordem, sua manutenção, sua reforma ou transformação, sua salvaguarda”.

¹³ A metáfora médica pode ser encontrada também em Discursos: I,33; II,5 e 30; III,1; III,27 e III,49.

Metáforas da ação política e figuras de príncipe

Embora Maquiavel não apresente um “modelo” de ação política, mas apenas o modo pelo qual a ação deste ou daquele ator político é conforme ou não à *qualità de’ tempi*, podemos distinguir “figuras de príncipe” (que não coincidem com a ideia de “modelos”) correspondentes às metáforas mencionadas. Assim, as metáforas de “arquiteto” e de “forma e matéria” são modos de ação próprios da figura do fundador (mas também do reformador ou refundador, ainda que a ação destes se diferencie daquele), seja ele um “legislador” ou um “príncipe novo”, e a metáfora de “arte médica” é própria da figura do príncipe governante, daquele que exerce o governo de um principado já instituído.

Maquiavel distingue uma dupla modalidade de fundador: o legislador (como Moisés, Rômulo, Teseu e Ciro) e o príncipe novo (como César Borgia, Hierão de Siracusa e Francesco Sforza). Comum às duas modalidades é a redução de *povo* ao significado de *totalidade dos súditos*. Na ação fundadora dos legisladores, a relação príncipe-povo é pensada sob as categorias aristotélicas de “matéria” e “forma”, nas quais *povo* corresponde à “matéria” caracterizada pela maleabilidade e potencialidade passivas, ao passo que a ação do fundador se mostra ativa, comparada a de introdutor da “forma” ou de “edificador” que projeta uma nova ordem. A passividade e maleabilidade da “matéria” contraposta à atividade e determinação do legislador que nela introduz a “forma” no momento fundacional se reflete na correspondência de *povo* com *totalidade* do corpo político. Os hebreus diante de Moisés, do mesmo modo que os persas diante de Ciro, etc., são populações prostradas e dispersas que encontram guias capazes de dar-lhes uma “forma”, um ordenamento político. Nestes diferentes exemplos “povo” aparece como um conjunto coincidente com *totalidade* informe. Será tarefa do fundador-legislador dar-lhe uma “forma”, isto é, constituí-lo como um corpo uno sob o seu comando, dar-lhe uma “lei”, um ordenamento político ou “forma”.

Se, pois, na obra dos fundadores-legisladores *povo* coincide com *totalidade* dos singulares e é *matéria* - passiva e maleável - à sua disposição para nela introduzir a *forma* do ordena-

mento político, algo não muito diferente disso ocorre na obra de fundação do “principado inteiramente novo”: também ali o privado que se alça a príncipe tende a reduzir *povo* à condição de *totalidade dos súditos*. Há, porém, uma diferença essencial entre estes dois processos fundacionais, de fundador-legislador e de fundador-príncipe novo. No primeiro caso *povo* aparece como matéria passível e maleável. No segundo *povo* não é matéria informe e passiva, mas força organizada, tomada dentro de uma realidade institucional já existente. Diferente do fundador-legislador, que age sobre uma *dispersão* individual, numa situação de ausência de qualquer forma política, o fundador-príncipe novo age num quadro no qual já existe uma *forma* política e, portanto, em um contexto que precisa levar em conta as tensões entre povo e grandes. Consequentemente, o privado que se alça a príncipe tem necessidade não apenas de um povo para se tornar príncipe, mas precisa também de sua colaboração. Neste contexto, afirma Frosini (2006, p.470), povo “[...] é tudo menos ‘matéria’; se quisermos, é matéria já formada, que como tal possui qualidades determinadas, com certo grau de atividade”.

Uma vez o regime fundado, entra em cena, pois, uma nova figura: a de “príncipe governante”. A metáfora da arte médica é a imagem mais adequada para descrever sua ação. Uma vez que a ação política se rege pela *verità effettuale*, o comportamento do príncipe é sempre uma construção em vista da interpretação: o exercício do poder sempre tem por lugar uma “cena” em que o príncipe desempenha seu “papel”. Os capítulos XVI a XIX explicitam os comportamentos adequados e inadequados à conquista e conservação do poder: uma vez que a ação é sempre estratégica, as razões ou motivações destas permanecem à sombra. O que importa é produzir determinado efeito que corresponda à produção da imagem desejada pelos súditos. Entre os vários exemplos históricos mencionados em *O Príncipe* (Hierão de Siracusa, Agátocles da Sicília, César Borgia, entre outros), não há um sequer que Maquiavel eleja como “modelo ideal”. Mesmo César Borgia - do qual no início do capítulo VII afirmava que “não saberia quais preceitos melhores dar a um príncipe novo senão o exemplo de suas ações” - é recriminado e suas escolhas erradas são apontadas como “razão de sua ruína final”. Em compensa-

ção, encontramos contra-exemplos de príncipes que fracassaram por haverem tentado manter uma conduta orientada por princípios morais. Os mais notáveis são os de Savonarola e de Soderini. O primeiro encarna o modelo do “profeta desarmado”: aquele que possui o talento necessário para convencer os homens de suas ideias, mas fracassa porque se recusa a prover-se de armas para sustentá-las quando as palavras perdem força (*Príncipe* VI). O segundo é modelo do “homem bom”: sábio, honesto, paciente, respeitador das leis e instituições, que acredita que a bondade é suficiente para extinguir a maldade de seus inimigos, mas fracassa porque se recusa a usar da violência e dos meios extraordinários para conter os adversários quando a necessidade o exige (*Discursos* III, 3; III, 30).

Em suma, fundador e reformador agem sobre uma matéria informe (ou porque a forma não existe ainda – é o caso do fundador – ou porque ela foi perdida pela corrupção – neste caso trata-se do reformador) na qual introduzem a ordem civil, ou a restauram (pela reforma). A solidez de seu empreendimento é comparável à obra do arquiteto: os fundamentos lançados decidem se a obra se conservará no tempo ou não. O príncipe governante, por sua vez, age sobre uma matéria já informada a qual conserva governando pela aparência: esta não é simples manipulação da massa em vista do interesse privado, mas busca da maneira adequada de representar ao povo seu interesse em função da *qualità de’ tempi*. Aqui entra em jogo a *verità effettuale della cosa*.

Verdade efetiva da coisa como verdade da ação política

A constatação de que o êxito do príncipe está condicionado a que governe levando em conta a aparência situa a ação política na esfera da *verità effettuale*. Maquiavel a enuncia logo na abertura do capítulo XV de *O Príncipe*: “mas sendo a minha intenção escrever coisa útil a quem a entenda, pareceu-me mais conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação desta”. A crítica aberta à imaginação não é tanto a ela enquanto tal, e sim à determinada maneira de refletir acerca

da política, como deixa claro logo na sequência: “e muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos nem conhecidos de verdade” (*Príncipe XV:4*). Esses “muitos” provavelmente é uma referência a Platão, mas também aos autores do gênero *Espelho de Príncipe*, os quais pretendiam fundar os princípios do bom governo sobre bases normativo-morais. Desta maneira, a oposição entre verdade efetiva e imaginação se converte na oposição entre “como se vive” e “como se deveria viver”, ou entre “aquilo que se faz” e “aquilo que se deveria fazer” (*Príncipe XV:5*). O discurso maquiaveliano é, assim, uma recusa do modelo de príncipe moral em favor daquele que é capaz de dizer “coisa útil a quem a entenda”. Com isso, Maquiavel declara sua ruptura com uma tradição a qual acusa de ocupar-se de governos imaginários e se proclama a si mesmo como descobridor da verdade política.

Em que consiste esta *verdade*? Para Maquiavel, a verdade política de uma ação pode ser captada unicamente por meio de seus efeitos (isto é, a verdade é *effettuale*) e não pelas motivações: quer dizer, ela se situa nas consequências, nas repercussões - sejam elas afortunadas ou infelizes - sobre o sistema complexo das condições a partir das quais a ação se desenrola. O que está em questão, quando se examina a política desde a ótica do poder instituído, é sempre a conquista e a manutenção. Por esta razão, o discurso do dever-ser, de uma ação política orientada num sentido moral, é criticável não por ser um devaneio inútil, e sim, porque se constitui numa fonte de riscos: quem se orienta na ação política pelo dever-ser “aprende mais rapidamente sua ruína do que sua preservação” (*Príncipe XV:5*). O príncipe está submetido a uma lógica da ação que o impede de orientar-se nela pelos princípios normativos de bem e mal: uma vez que “conservar-se no poder” é o imperativo ao qual está submetido, precisa “aprender a ser não bom, e sê-lo e não sê-lo conforme a necessidade” (*Príncipe XV:6*).

A *necessità* é a coação imposta pelas condições reais nas quais a ação política acontece. No jogo das relações de forças que comanda a ação política, as escolhas são determinadas pela necessidade de conservação do governo ou de sua ampliação.

Uma vez que a verdade da política é *effettuale*, na ação, “sobretudo dos príncipes onde não existe juiz a quem reclamar, se olha para os fins” (*Príncipe* XVIII:17). Em outras palavras, uma vez que a ação política está submetida à lógica da necessidade, o ator político vê-se obrigado a avaliar vícios e virtudes unicamente em relação aos seus efeitos, ou seja, de suas possibilidades de conquista e conservação do governo.

A consecução desta meta exige do príncipe “ser grande simulador e dissimulador” (*Príncipe* 18:11). Seria possível entender esta exigência de outro modo do que como mentira e trapaça? É verdade que, à primeira vista, as qualidades que o príncipe encarna parecem prestar-se a uma definição puramente pragmática, pois são apresentadas como simples meios avaliados em função de sua eficácia para a conquista e conservação do principado. No entanto, uma vez que o príncipe precisa produzir sua imagem de tal modo que ela alcance o assentimento dos súditos, será em função do imaginário destes que o príncipe encarna determinadas qualidades. Em outras palavras, o príncipe mais do que escolhe, recebe (dos súditos) as qualidades que deve representar. O príncipe se constitui num espelho ao povo ao mesmo tempo em que vê a si mesmo nele. Como nos alerta Visentin (2006, p. 236),

[...] o fato de que o príncipe deva aprender a agir segundo as “regras” de uma imaginação compartilhada não quer indicar a necessidade de esconder uma verdade objetiva atrás da cortina de fumaça da aparência, antes exprime a consciência do caráter produtivo de realidade – e, portanto, de verdade – da própria imaginação. Por isso, o príncipe deve ser “verdadeiramente” aquilo que aparece, ou aquilo que a imaginação popular deseja que seja, sem que se dê algum espaço, alguma interrupção entre o ato exterior e uma hipotética intencionalidade escondida no mais profundo da alma: o príncipe está inteiramente nos atos que o torna visível, na sua plena visibilidade.

A concepção de *verità effettuale* proposta por Maquiavel nos permite pensar que a realidade se esgota completamente na aparência, não porque somente trapaceando o príncipe seria capaz de satisfazer suas ambições, e sim porque é o único modo de aceder ao *vivere politico*. Em outras palavras, a vida política se desenvolve na esfera da aparência: a verdade da

ação política é possível de ser captada tão somente pelos efeitos (resultados ou consequências) das ações. É nisto que consiste a conhecida ruptura maquiaveliana com a ética e a instituição da política como um domínio autônomo, um campo pensado a partir dele mesmo.

Considerações finais

Compreender Maquiavel como pensador da ação política pode incorrer no risco de reduzi-lo a um empreendimento pragmático: a única coisa que interessaria ao florentino seria oferecer conselhos práticos em vista do êxito. Procuramos mostrar que não se trata disso. Na cidade todos visam o poder, alguns para dominar, outros para não serem dominados. Neste sentido, Maquiavel nos impede de pensar a ação política tão somente da perspectiva daquele que domina. Se a verdade da política pode ser captada unicamente por meio de seus efeitos, estes não se produzem apenas segundo um cálculo prévio daquele que domina, mas dependem do modo como as ações deste são interpretadas pelos dominados. Assim, “ator político” é o conjunto da coletividade e não somente aquele que em determinado momento a governa. Por isso, ler Maquiavel como pensador da política desde a ação nos revela uma perspectiva nova sobre o lugar do povo: em vez de um ente passivo que unicamente “quer não ser dominado”, mostra-se uma figura ativa que determina o modo como a figura do governante precisa levar a efeito sua ação para manter o governo da cidade.

Referências

- CONDREN, Conal. Marsílio e Maquiavel. In: FITZGERALD, Ross (org.). *Pensadores Políticos Comparados*. Brasília: EdUnB, 1983.
- FROSINI, Fabio. Una lettura del l'ambiguità del vero e il rischio della virtù. Una lettura del Príncipe. In: DEL LUCCHESI, F. SARTORELLO, L. VISENTIN, S. (Orgs.) *Machiavelli: immaginazione e contingenza*. Pisa: Edizioni ETS, 2006, p. 31-66.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Introdução de Gennaro Sasso e notas de Giorgio Inglese. Milano: Rizzoli Editore, 2000.

- MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le Opere*. A cura di Mario Martelli. Firenze: Sansoni, 1992.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* (edição bilingue). Tradução e notas de José Antônio Martins. São Paulo: Hedra, 2009.
- MÉNISSIER, Thierry. *Le vocabulaire de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2002.
- NIKODIMOV, Marie-Gaïlle. *Conflit civil et liberté: la politique machiavéïenne entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion, 2004.
- NIKODIMOV, Marie-Gaïlle. Machiavel, penseur de l'action politique. In: NIKODIMOV, Marie-Gaïlle e MÉNISSIER, Thierry (Orgs.). *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2006.
- PINZANI, Alessandro. *Guirlande di fiori e catene di ferro: Istituzioni e virtù politiche in Machiavelli, Hobbes, Rousseau e Kant*. Firenze: Le Lettere, 2006.
- SANCHEZ-PARGA, José. *Poder y politica en Maquiavelo*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2005.
- VISENTIN, Stefano. La virtù dei molti. Machiavelli e il repubblicanesimo olandese della seconda età del seicento. In: LUCCHESI, Filippo; SARTORELLO, Luca; VISENTIN, Stefano (Orgs.). *Machiavelli: Immaginazione e contingenza*. Pisa: Edizioni ETS, 2006.